

Educação por sorteio

A questão educacional no Estado de São Paulo transformou-se em caso de polícia. Literalmente. Ao longo desta semana, as extensas filas, formadas diante das diversas escolas da rede para conseguir matrícula na primeira série do segundo grau, foram dissolvidas em tumulto. Mais uma vez, coube aos nem sempre gentis soldados da Polícia Militar de São Paulo intermediar as decisões maiores da Secretaria

Conseguir vaga em escola pública, agora, é uma questão de sorte: a "loteria educacional"

da Educação e o seu público-alvo. Quem primeiro experimentou o método foram os professores, mas agora chegou a vez dos pais de alunos. Como a abertura das matrículas estava prevista para segunda-feira, conforme acontece todos os anos, durante a semana anterior os interessados retiraram senhas nas unidades escolhidas. Na antevéspera do início das matrículas, observando haver muitos para poucas vagas, a secretaria determinou a "realização de sorteio" para a atribuição das vagas. Quem passou horas ou dias nas filas para obter a senha não se conformou com a mudança na regra do jogo. De novo foi necessário o uso do *cassetete pedagógico* para fixar objetivos educacionais.

Antes que se confundam os reais motivos das filas, registre-se que o próprio secretário da Educação sepultou esperanças de um novo festival de obras no setor, devido à possível falta de vagas. S. Exa. foi claro ao garantir que não faltarão vagas no segundo grau. "Ao contrário — disse —, temos disponibilidade superior à demanda". Era o mínimo a ser dito. Conforme pesquisa de 1991, da Secretaria da Educação, São Paulo está com índices considerados "ideais" de taxa de escolarização — entre 95% e 97% da demanda. Níveis de países desenvolvidos. Se escola não falta, por que filas? Pior ainda, por que, no tempo da exigência absoluta de educação universal se ressuscitou a ajuda das fadas, um prosaico sorteio para distribuição de vagas escolares? Na era da condenação do analfabeto funcional — aquele que sabe ler, mas não sabe conviver com a complexidade do conhecimento —, como deve ser vista a frase de um secretário

da Educação que considera sorteio de espaço educacional a "forma mais democrática" para oferecer a necessária oportunidade igual para todos? O estudante a quem a sorte não ajudar deve tomar que atitude? Esquecer a escola como forma possível de ascensão social?

A alternativa oferecida — existe uma escola "um pouquinho mais longe" com vaga — esconde a falência de toda uma política educacional. Em janeiro, a Secretaria da Educação sabia que lidava com 25.539 "alunos fantasmas" na rede, sinal inequívoco da existência do artifício de superestimar matrículas. A *mentirinha* visava tanto mascarar a evasão, típica de todo segundo semestre porque a qualidade do ensino oferecido é o que é, quanto escondia em alguns casos a diminuição do "tamanho" da escola, impedindo-se assim que fosse afetado o salário do diretor, conforme princípio estabelecido pela reforma de 1991. Consequência direta dessa "necessidade", cada escola fez o possível para manter o número de matrículas, não desprezando técnicas de publicidade direta — como faixas pelo bairro todo prometendo todo tipo de melhora. O resultado dessa política perigosa está na "crença" de alguns estudantes ou pais de que *descobriram* a escola pública que é melhor que a outra escola pública! A fila e as brigas para estudar naquela escola e não noutra nasce dessa distorção do que é sistema escolar.

Na última semana de novembro, só faltou a presença policial para que tudo fosse exatamente igual quando da matrícula no ciclo básico do primeiro grau. Na época não se tentou a solução mágica do sorteio. Antes que outras hipóteses alternativas ainda piores se desencadeiem nos laboratórios de idéias mágicas da Secretaria da Educação, é bom lembrar o esforço empreendido há 20 anos para estabelecer o critério de rede física para distribuição de demanda escolar. Transformar a obrigatória capacitação de gerações numa cerimônia de escolha sobrenatural de predestinados pode antes de mais nada destruir todo aquele esforço, eminentemente técnico, de distribuir oportunidades iguais no ensino público.